

**Alysson André Régis Oliveira**  
**alysson.oliveira@ifpb.edu.br**  
*Doutor em Educação. Mestre e Bacharel em Administração. Docente efetivo e Gestor do Departamento de Inovação, Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão, Cultura e Desafios Acadêmicos do IFPB Campus João Pessoa. João Pessoa - PB - BR*

**Andrea Calvancanti de Oliveira**  
**andrea.oliveira@ifpb.edu.br**  
*Mestre em Engenharia de Produção. Especialista em Secretariado e Assessoria Executiva e Graduação em Secretariado. Professora Efetiva na Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios do Instituto Federal da Paraíba - IFPB atuando como Coordenadora de Pesquisa do Campus João Pessoa. João Pessoa - PB - BR.*

**Maria da Conceição Monteiro Cavalcanti**  
**maria.cavalcanti@ifpb.edu.br**  
*Doutora em Educação. Mestre em Engenharia de Produção e Graduação em Administração. Docente do Curso de Bacharelado em Administração ofertado pelo IFPB. Representante Docente da Comissão Própria de Avaliação - CPA - IFPB. João Pessoa - PB - BR.*

**Keila Helena Freire da Silva**  
**keila.freire@academico.ifpb.edu.br**  
*Bacharel em Ciências Contábeis pela UFPB. Graduanda em Administração pelo IFPB, Campus João Pessoa. João Pessoa - PB - BR.*

**David Nogueira de Souza**  
**nogueira.david@academico.ifpb.edu.br**  
*Especialista em Informática Educativa. Graduado em Licenciatura em Computação pela UEPB e Graduando em Administração pelo IFPB. Técnico-Administrativo Educacional (TAE) no Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba (DPS/CCM/UFPB). João Pessoa - PB - BR.*

## ARTIGOS

### AS PRÁTICAS DE AUTOGESTÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICO-SOLIDÁRIOS: SENTIDOS E SIGNIFICADOS NA PERSPECTIVA DAS INSTITUIÇÕES DE APOIO

#### THE SELF-MANAGEMENT PRACTICES OF SOLIDARITY ECONOMIC ENTERPRISES: ASPIRATIONS AND MEANINGS FROM THE PERSPECTIVE OF SUPPORT INSTITUTIONS

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar as práticas de autogestão desenvolvidas pelos EES na cidade de João Pessoa, Paraíba, seus sentidos e significados na perspectiva das instituições de apoio. Metodologicamente, o trabalho consistiu em uma pesquisa qualitativa. A unidade social de análise compõe-se de cinco instituições de apoio dos EES, representadas pelos seus gestores, tendo como objeto de estudo as práticas. Os dados foram coletados por meio de entrevistas individuais semiestruturadas. Em relação às estratégias de tratamento dos dados, utilizamos a técnica descrita de Análise de Discurso. Sendo assim, foi possível afirmarmos que a autogestão promove a aprendizagem de conhecimentos emancipatórios, que contribuem e possibilitam o indivíduo a agir conscientemente, engajando-se na luta por transformações das condições perversas, injustas e negadoras da dignidade humana. Em suma, isso nos permitiu concluir que, para este estudo específico, os sentidos e os significados das práticas autogestionárias dos EES, na perspectiva das instituições de apoio, colaboram com a promoção da autonomia e liberdade coletiva.

**Palavras-chave:** movimento de economia solidária; empreendimentos econômicos solidários; práticas de autogestão.

## ABSTRACT

The objective of this research was to analyze the aspirations and meanings from the perspective of support institutions of self-management practices developed by Solidarity Economic Enterprises (SEE) in the city of João Pessoa, Paraíba. Methodologically, this work consisted of qualitative research. This work analyzed a social unit comprising five institutions that

support SEE, represented by their managers, while their practices were the object of study. Data were collected through individual semi-structured interviews. Regarding data processing strategies, we used the Discourse Analysis technique. It was possible to affirm that self-management promotes the learning of emancipatory knowledge, which contributes to and makes it possible for the individual to act consciously towards engaging in the struggle for transformations of the perverse and unfair conditions that deny human dignity. In short, this allowed us to conclude that, for this specific study, the aspirations and meanings of the self-management practices of SEE, from the perspective of support institutions, help promote autonomy and collective freedom.

**Keywords:** solidarity economy movement; solidarity economic enterprises; self-management practices.

## 1 INTRODUÇÃO

Nestes últimos anos, a economia solidária revelou-se pródiga em encontros – de ativistas e de organizações dos diversos quadrantes do globo – em que se formularam proposições visando abrir caminhos para o avanço da solidariedade, como princípio ético-político e como esteio concreto de uma nova mundialização.

No Brasil, é visível a expansão das iniciativas ditas de economia solidária. Por um lado, seus protagonistas diretos encontram-se pressionados pela crise estrutural do mercado de trabalho; por outro, veem-se motivados pela ação mobilizadora de movimentos sociais, de parcelas do sindicalismo e de inúmeras entidades civis; pela oferta e impulsão desses agentes mediadores na direção de soluções coletivas.

Ao mesmo tempo, estímulos adicionais decorrem do importante efeito demonstrativo das experiências já existentes, em particular, naqueles segmentos populares dotados de substrato comunitário ou de identidade formada no trabalho (Gaiger, 2004).

A atuação dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), base concreta do Movimento de Economia Solidária (MES), popularmente conhecidos como grupos de produção ou grupos produtivos, vem crescendo de forma significativa. Diante disso, é de se esperar que, com tamanho desenvolvimento, os processos internos devam estar cada vez mais arrojados, de forma a contribuir para a sustentabilidade desses grupos.

A Economia Solidária é uma alternativa que congrega diversas experiências e modelos sociais para o desenvolvimento econômico como resposta ao desafio de se manter um elevado padrão de desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Um dos aspectos mais discutidos atualmente no cenário da economia solidária refere-se ao termo sustentabilidade, entendido aqui como a capacidade de captar recursos, financeiros, materiais e humanos, de maneira suficiente e continuada, e utilizá-los com competência, de maneira a perpetuar a organização, permitindo-lhe o alcance dos objetivos da autogestão.

A sustentabilidade não se limita à capacidade de captação dos recursos de que um grupo necessita, mas também ao seu emprego de maneira eficiente, de modo a maximizar os resultados alcançados e assegurar uma continuidade dos processos de produção, promovendo, com isso, o desenvolvimento comunitário.

Foi dessa maneira que este projeto de pesquisa emergiu: motivado a analisar os sentidos e significados das práticas da autogestão, um dos princípios do movimento da economia solidária que acontecem nos EES. Assim, procura-se deixar clara a gênese (problemática motivadora), que passou a ser: quais os sentidos e significados, na perspectiva das instituições de apoio<sup>1</sup>, das

1 As ONGs, universidades e outras entidades que dão apoio, seja por meio de ações de formação técnica, econômica e política, seja por meio de apoio direto em estrutura, assessoria, consultoria, elaboração de pro-

práticas de autogestão desenvolvidas pelos ESS? Apoiando-se no aspecto organizacional e no que foi exposto até o presente momento, a pesquisa apresenta o objetivo geral de analisar as práticas de autogestão desenvolvidas pelos EES na cidade de João Pessoa, PB, seus sentidos e significados, na perspectiva das instituições de apoio. E, para garantir o objetivo geral, os seguintes objetivos específicos serão traçados: (1) analisar o entendimento sobre o termo autogestão por parte dos gestores das instituições de apoio aos EES; (2) descrever as características presentes nas práticas autogestionárias dos EES sob o olhar das instituições de apoio; (3) descrever as principais dificuldades enfrentadas pelos EES para a prática da autogestão, na perspectiva dos gestores das instituições de apoio.

A partir do exposto, este trabalho justifica-se, porque o tema economia solidária, principalmente as formas de gestão das organizações que compõem esse emergente setor (autogestão e cogestão), é pouco explorado no âmbito dos estudos organizacionais. Por meio deste estudo, buscou-se a compreensão de um tema de relevante importância, tanto no que se refere às contribuições de cunho prático (formas de gestão) como as de cunho teórico (ciência da administração). Do ponto de vista institucional, no caso do IFPB, os ganhos são diversos, como: uma contribuição para sua incubadora sistêmica (Incutes), que desenvolve um trabalho educativo (processo de incubação) junto a vários EES; para os trabalhos de extensão desenvolvidos pelos *campi*, bem como contribuir nas reflexões das práticas docentes voltadas à disciplina de Empreendedorismo, que é ministrada em vários cursos da instituição, repensando e ampliando, assim, a reflexão do ensino da prática empreendedora para a vertente social e comunitária. E, por último, destacaria a oportunidade que os pesquisadores têm atualmente em um trabalho junto ao Núcleo de Estudos em Gestão e Negócios (NEGN), que possui como eixo de

trabalho os Empreendimentos Econômicos Solidários. Com a presente pesquisa, os estudantes envolvidos no NEGN vivenciaram o diálogo na pauta da indissociabilidade entre extensão, pesquisa e ensino, por meio dos pontos de intersecções que o núcleo propõe em suas linhas de trabalho.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUAS BASES CONCEITUAIS: UM CAMPO TEÓRICO EM CONSTRUÇÃO

Na expectativa de entender melhor a realidade e os desafios da Economia Solidária no mundo atual, recorreremos aos conhecimentos já produzidos. Nesse sentido, alguns referenciais teóricos ajudam a elucidar questões referentes ao tema proposto. A economia solidária é um assunto de crescente interesse público. O debate sobre esse tema vem-se tornando frequente no meio acadêmico, sindical e em outras organizações da sociedade civil, particularmente na medida em que o desemprego cresce, buscando-se alternativas. Assim, apresentamos algumas questões acerca da ES, que, em nossa opinião, poderão somar com tantas outras já existentes. A expectativa é de irmos avançando coletivamente na construção de referenciais que nos ajudem a entender a realidade, a reorientar, quando for o caso, as práticas de economia solidária.

Para Singer (2000), a economia solidária deve ser entendida como um modo de produção e distribuição que é reatualizado temporalmente, a partir da necessidade de inserção dos trabalhadores na economia e na busca de postos de trabalho, em contraposição ao modo de produção capitalista.

Neste mesmo sentido, Sousa (2008) acrescenta que a economia solidária compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais, organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, complexos cooperativos, entre

---

jetos ou oferecimento de crédito para a incubação e promoção de empreendimentos.

outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças, trocas, comércio e consumo.

Nestes termos, para iluminar a compreensão que está posta na atualidade sobre a economia solidária, Singer e Souza (2003, p. 13, grifo dos autores) sintetizam, afirmando a importância dessa proposta e sua alternativa de superação do capitalismo:

A **economia solidária** surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A **economia solidária** casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo) [...]. O modo solidário de produção e distribuição parece, à primeira vista, um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. **Mas, na verdade, ele constitui uma síntese que supera ambos.**

Na compreensão dos autores, a superação do capitalismo é possível porque, na economia solidária, os princípios são distintos e opostos aos da economia capitalista, entre eles: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa; repartição da receita líquida entre os cooperadores. Por essa estrutura organizacional e ideológica, as experiências autogestionárias da economia solidária são modos concretos de organização do trabalho não capitalista, sendo herdeiras da tradição socialista (Singer; Souza, 2003; Singer, 2002).

Evolvendo-se nesta mesma discussão, Schiochet (2009) destaca que, em sua essência, a economia solidária é um conceito utilizado para definir as atividades econômicas organizadas coletivamente pelos trabalhadores que se associam e praticam a autogestão. É possível

sublinhar, a partir de tais diálogos, as duas especificidades que, na visão do autor, ligam-se à teorização do termo momentaneamente tratado e que fundamentam as características das organizações econômicas solidárias: por um lado, o **estímulo à solidariedade entre os membros**, por meio da autogestão, e, por outro lado, a **prática da solidariedade para com a população trabalhadora em geral**, com ênfase especial na ajuda aos menos favorecidos. Neste ínterim, a definição dessa experiência não se limita, no entanto, ao espaço interno da organização, mas abarca toda a estrutura social: “a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a **propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual**” (Singer, 2002, p. 9-10, grifo nosso).

Cabe ressaltar ainda, nesta discussão, a essência da economia solidária, o conceito reconhecido por Guélin (1998, p. 13):

[...] ela [a economia solidária] é composta por organismos produtores de bens e serviços, colocados em condições jurídicas diversas no seio das quais, porém, a participação dos homens resulta de sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros.

Para Laville e Roustang (1999), o conceito de economia solidária proporciona uma ênfase sobre o desejo primeiro da economia social, na sua origem, de evitar o fosso entre o **econômico, o político e o cultural**, pois é na articulação destas três dimensões que se situa o essencial da economia social ou solidária. O termo, segundo esses autores, tenta dar conta da originalidade de numerosas iniciativas da sociedade civil que não se encaixam na trilogia legalizada na França das cooperativas, mutualidades e associações.

Lechat (2002) contribui, de forma singular, quando afirma que o conceito economia de solidariedade aparece, pela primeira vez no

Brasil, em 1993, em um texto do autor chileno Razeto, que o concebe como uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir de conjuntos significativos de experiências econômicas (e para dar conta deles), compartilhando alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, definindo uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas.

Não obstante, tal expressão também costuma ser usada para designar quaisquer práticas econômicas populares que estão fora do assalariamento formal (como comércio ambulante, pequenas oficinas, serviços autônomos, artesanato, confecção de costura), englobando ações individuais e outras que agrupam pessoas, em que o sentido de coletividade precisa ser focado, provocando a solidariedade na produção da atividade econômica, propriamente. Elas têm em comum a ausência de direitos publicamente assegurados. Entretanto, governos e entidades civis envolvidos estão normatizando a área, e, nesse caso, a ES vem sendo entendida como uma modalidade específica de economia popular que reúne grupos em associações, cooperativas ou grupos de produção informais, baseadas na cooperação e na autogestão.

Singer (2002, p. 10) ainda contribui para esta discussão, quando enfatiza que a ES é um modo de produção “cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”. Na empresa capitalista, os salários são desiguais: diretores ganham mais do que gerentes, e estes, mais do que os técnicos e vendedores. Na empresa solidária, os sócios não recebem salário, mas sim retiradas que variam, conforme a receita obtida.

Segundo os pesquisadores e os adeptos da causa da economia solidária, ela não se resume ao cooperativismo, mas esse é sua forma principal, pois tem fundamentos éticos de organização e uma tradição histórica. Nessa perspectiva, a economia solidária vai além, portanto, do cooperativismo, abrangendo outras

formas de organização econômica, mas com a mesma orientação igualitária e democrática. Ou seja, são experiências baseadas em valores coletivistas, não individualistas.

Para fins de nosso estudo, aproximamos do conceito de Gaiger (2003), entende-se que os empreendimentos solidários são como expressão de uma forma social de produção específica, contraposta à forma típica do capitalismo e, no entanto, com ela devendo conviver, para subsistir em formações históricas ditadas pelo modo de produção capitalista. Para o autor,

A crítica marxista do capitalismo está centrada na análise das relações de produção. Por conseguinte, a defesa de uma alternativa econômica, quando lança mão desta abordagem, deve sustentar-se em evidências de que, no modelo alternativo proposto, tais relações adquirem outro caráter e possuem chances reais de vigência histórica, ou seja, refletem interesses subjetivos dos trabalhadores e respondem a condições objetivas (Gaiger, 2003, p. 193).

Mediante o contexto, percebemos que a economia solidária é um fenômeno representativo na realidade brasileira. Em meio a esta construção conceitual, cabe trazer para este diálogo também os princípios que se cristalizam como categorias intrínsecas ao constructo Economia Solidária a ser estudado, no caso particular, as práticas socioeducativas realizadas pelos agentes promotores em face dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

### **2.1.1 A Economia Solidária e seus princípios norteadores**

Se considerarmos a economia solidária como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão, de acordo com Singer (2002), teríamos, segundo o Sistema Nacional de

Informações em Economia Solidária (SIES), a SENAES (Brasil, 2006) e a Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social (2007), seus princípios baseados nos elementos norteadores que enumeramos a seguir:

- a) cooperação: a existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e das capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária sobre os possíveis ônus. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens); clubes de trocas [...]. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares;
- b) autogestão: os participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação;
- c) democracia: a Economia Solidária age como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, pois o trabalho não fica mais subordinado ao capital;
- d) dimensão econômica: é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais;
- e) solidariedade: o caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões. Insere-se na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; nas relações que se estabelecem com o meio ambiente, expressando o compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de sustentabilidade territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores e no respeito aos direitos dos trabalhadores;
- f) participação: é outra base de motivação da conjugação de sujeitos para o trabalho, desenvolvendo um processo educacional de formação e organização de uma nova cultura política. Envolve um conjunto de elementos de natureza pedagógica, relacionados aos interesses e objetivos dos grupos envolvidos;
- g) centralidade do ser humano: as pessoas são o mais importante, não o lucro. A finalidade maior da atividade econômica é garantir a satisfação plena das necessidades de todos;
- h) valorização da diversidade: reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino e a valorização da diversidade, sem discriminação de crença, cor ou

- opção sexual;
- i) emancipação: a Economia Solidária emancipa, liberta;
  - j) valorização do saber local, da cultura e da tecnologia popular;
  - k) valorização da aprendizagem e da formação permanentes;
  - l) justiça social na produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico, com vistas à promoção do bem-viver das coletividades e justa distribuição da riqueza socialmente produzida, eliminando as desigualdades materiais e difundindo os valores da solidariedade humana;
  - m) cuidado com o Meio Ambiente e responsabilidade com as gerações futuras: os empreendimentos solidários preocupam-se com a eficiência econômica e os benefícios materiais que produzem e buscam eficiência social, estabelecendo uma relação harmoniosa com a natureza em função da qualidade de vida, da felicidade das coletividades e do equilíbrio dos ecossistemas. O desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente dinâmico estimula a criação de elos entre os que produzem, os que financiam a produção, os que comercializam os produtos e os que consomem (cadeias produtivas solidárias locais e regionais). Dessa forma, afirmam a vocação local, articulada com uma perspectiva mais ampla, nacional e internacional.

Ao conhecer os princípios dessa nova economia, percebemos logo que ela não está aí apenas para compensar os resultados da exclusão social provocada pela economia dominante, ou para dar uma resposta ao desemprego. Ela veio para assentar as bases de um novo sistema social e econômico, a favor da vida, e não contra ela, capaz de integrar solidariamente toda a sociedade, oferecendo às

pessoas oportunidades de trabalhar, consumir e viver com qualidade, de forma digna e ética. Para fins de nosso estudo, vamos aprofundar o aporte teórico para o princípio da autogestão.

## 2.2 AUTOGESTÃO

A autogestão, no sentido mais amplo, significa o exercício coletivo do poder. Surgiu como uma concepção de gestão social ou da visão da sociedade autogestionária presente em várias Teorias Socialistas. Vários pensadores estão ligados à autogestão, entre eles, Mendonça (1987) cita quatro principais: os socialistas utópicos Saint-Simon, Fourier e Owen, Buchez e os cooperativistas, Proudhon e os anarquistas e Karl Marx. Eventos históricos, como a Comuna de Paris, os Sovietes e os Conselhos Operários, são invocados pelos teóricos como os primeiros modelos de governos autogestionários.

Nestas organizações, a gestão é feita por todos os seus membros: são autogeridas, o processo de comunicação flui entre os participantes; são privadas, mas não visam ao lucro, e o excedente das vendas é redistribuído entre os membros ou investido na própria organização. Ao mesmo tempo, elas devem preocupar-se com a qualidade de seus serviços, com as relações custo-eficiência-efetividade, com a formação dos seus integrantes, com a atenção ao cliente, enfim, com a capacidade de sustentação política, financeira e administrativa e, ainda, com a produção de transformações contínuas a partir de seus sistemas de aprendizagem.

Para Singer (2002), a autogestão é a forma de se administrar empresas solidárias, ou seja, empresas cujos princípios básicos sejam a solidariedade e a igualdade por meio de uma distribuição solidária da renda.

Ao pesquisar sobre organizações autogestionárias, Liboni e Pereira (2002) definiram algumas características que identificam este tipo de organização, entre elas, podem-se citar:

- a) o controle é exercido pelos trabalhadores;

- b) eliminação da hierarquia entre os cargos e da separação entre a concepção e execução do trabalho, assim como da diferença de retiradas em função do tempo de trabalho;
- c) descentralização e participação direta dos associados nas decisões;
- d) valorização dos associados;
- e) lucro como forma de desenvolver o sistema organizacional a serviço dos associados e da coletividade;
- f) primazia dos associados sobre o capital.

O êxito do empreendimento será fruto da sua ação coletiva. Reduzindo a dicotomia capital-trabalho, os trabalhadores motivados pelas oportunidades de crescimento pessoal e desalienação passam a colaborar como de maneira integrada e a desenvolver novas habilidades e conhecimentos para melhor participar da gestão da empresa, com a ideia de que poderão melhorar os processos internos da empresa.

No cenário nacional, a nossa atual conjuntura aponta para uma série de dificuldades para a implantação de modelos mais democráticos de gestão. Tauile e Debaco (2007) indicam como as principais: o baixo grau de instrução formal dos trabalhadores; o caráter inovador desta forma de gestão; a fragmentação do conhecimento e o seu caráter tácito.

Cada trabalhador deve estar suficientemente preparado para decidir em relação a seus pares, uma formação técnico-administrativa é fundamental, pois os trabalhadores preferem participar em áreas que os afetem diretamente e nas quais tenham domínio suficiente para argumentar com os gerentes de igual para igual. Percebe-se a necessidade de dotar todos os trabalhadores de capacidade, para que possam tomar decisões em todas as áreas da empresa, mesmo que o assunto exija o estudo por *experts*, para que depois seja tomada qualquer decisão.

A condição para haver autogestão é que o grupo de produção esteja exercendo os

princípios de economia solidária, pois, se a autogestão estiver sob uma égide capitalista, as condições dos trabalhadores serão as mesmas das organizações que utilizam a gestão hierárquica. Desta forma, é de fundamental importância que os conceitos de Economia Solidária sejam explicitados.

### 3 METODOLOGIA

As estratégias metodológicas elaboradas para a realização desta pesquisa vincularam-se à escolha da pesquisa com caráter qualitativo. Para Oliveira e Oliveira (1982), uma metodologia construída em si de ação educativa promove o conhecimento da consciência e a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos com os quais se trabalha e, como destaca Gamboa (1982, p. 36), “busca superar essencialmente a separação entre conhecimento e ação, e buscando realizar a prática de conhecer para atuar”.

A presente pesquisa consistiu em um estudo de caso múltiplo que visou a proporcionar um ato ou efeito de conhecer o objeto em estudo, descrevendo as características do fenômeno estudado e estabelecendo relações entre variáveis elencadas nas práticas autogestionárias dos Empreendimentos Econômicos Solidários sob o olhar das instituições de apoio.

Assim, tendo em vista um estudo qualitativo, a unidade social de análise foi composta por cinco instituições de apoio aos EES, tendo como objeto de estudo as suas práticas de autogestão, seus sentidos e significados, que foram: Incubes<sup>2</sup>, Incutes<sup>3</sup>,

2 Configura-se como importante referência na Paraíba no apoio a grupos e empreendimentos de economia solidária (EES). Foram inúmeras ações de assessoramento e formação técnica aos grupos populares, movimentos sociais e trabalhadores(as) dos EES.

3 Instituição que tem como objetivo assessorar e prestar consultoria aos grupos produtivos e empreendimentos que desejam trabalhar de forma coletiva dentro dos princípios da Economia Solidária, contribuindo para geração de trabalho e renda, o desenvolvimento da economia local, a redução dos níveis de exclusão social e a construção de redes solidárias.



Núcleo Catalisador de Empreendimentos Solidários (NUCAES)<sup>4</sup>, Instituto de Formação Solidária (IFSOL)<sup>5</sup> e Fórum Estadual de Economia Solidária da Paraíba<sup>6</sup>, totalizando sete gestores envolvidos nessas instituições de apoio. Cabe destacar que se realizou a escolha de tais indivíduos pelo envolvimento e pela ligação destes ao foco do problema em estudo ora levantado. Neste sentido, a amostragem adotada neste estudo será definida como: teórica, não probabilística e por acessibilidade.

Durante a investigação, a opção metodológica privilegiada como instrumento de coleta de dados foi constituída pelas entrevistas individuais semiestruturadas. De acordo com Oliveira (2005), a entrevista individual é um excelente instrumento de pesquisa, por permitir interação entre pesquisador e entrevistado.

Em relação às estratégias de tratamento dos dados, utilizou-se a técnica descrita de Análise de Discurso (AD), estabelecendo a relação existente no discurso entre língua/sujeito/história ou língua/ideologia; portanto, quem segue este princípio pode afirmar uma filiação com a AD da linha francesa, ou seja, “articula o linguístico com o social e o histórico” (Pêcheux, 1993, p. 82), sendo a linguagem estudada não apenas enquanto forma linguística, como também enquanto forma material da ideologia. Além de que é “no contato do histórico com o linguístico, que [se] constitui a materialidade específica do discurso” (Pêcheux, 2002, p. 8). É cabível expressar o entendimento de que o significado possui uma correlação direta com a materialidade da fala e

o sentido com os discursos que estão por trás dessa materialidade. Considera-se, para fins deste estudo, que não se podia ter escolhido uma técnica diferente de tratamento de dados, tendo em vista que, para Pêcheux, não somos donos do nosso discurso. Nós o herdamos em nosso processo histórico a partir das contribuições de tantos fatores que nos complementam.

Os depoimentos recolhidos e organizados consubstanciam-se em temas que permitiram a compreensão de matrizes desse universo social homogeneizado pelo sentimento das práticas da autogestão. Conforme o entendimento de Yazbek (2007, p. 90), “a condição de classe é contextualizada pela história e pelas vivências sociais dos que a fazem”. Há, nas ações que constituem o cotidiano, expressões de relações reais e objetivas que os homens estabelecem em sua vida social. Há, também, nesse cotidiano dos indivíduos, um processo de interiorização dessas relações objetivas, constituindo um universo de representações simbólicas.

Todo esse material metodológico, entre falas, observações e depoimentos, foi processado em discursos que apresentaremos neste trabalho, embalado por uma trajetória com muitos caminhos, porém com o objetivo a alcançar: analisar as práticas de autogestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários, seus sentidos e significados.

## 4 RESULTADOS

### 4.1 ENTENDIMENTO SOBRE O TERMO AUTOGESTÃO

Essa variável vem responder ao objetivo específico, “analisar o entendimento sobre o termo autogestão”, por meio dos depoimentos relacionados às visões que os gestores das instituições de apoios aos empreendimentos econômicos solidários possuem quanto a esta variável.

Apartir das respostas dos gestores, percebe-se que o significado sobre o termo de autogestão é bem definido e com certa coesão. Para alguns gestores, o significado do termo autogestão

4 Tem como objetivo desenvolver e adaptar ferramentas de gestão como forma de fomentar práticas de cooperativismo solidário no brejo paraibano, desenvolvendo ações para promover a autogestão e praticar a formação continuada por meio de processos formativos, de consciência político-cidadã.

5 Núcleo em Economia Solidária que articula agricultores familiares e artesãos da região de Campina Grande – Paraíba.

6 Busca aproximar os territórios do Estado, formulando propostas de fortalecimento e de fomento da Economia Solidária na Paraíba, atendendo aos segmentos populacionais que se encontram fora do mercado de trabalho em situação de vulnerabilidade social.

está voltado à atuação no gerenciamento dos empreendimentos com autonomia e liberdade. Tais ênfases são percebidas por meio de alguns depoimentos extraídos das entrevistas realizadas com os gestores.

Olha, autogestão, é gestão, só que é uma **gestão em que os envolvidos no empreendimento assumem a sua autonomia**, a autogestão é responsabilidade compartilhada, por isso, exige e demanda que todos os envolvidos têm um direito a voz e a voto, na tomada coletiva de decisões [...] (Entrevistada 1, informação verbal, grifo nosso).

[...] autogestão é quando a gente se reúne, a gente trabalha, **mas não há a figura do patrão, temos autonomia na gestão do empreendimento** [...] é a organização pelos participantes. [...] (Entrevistada 4, informação verbal, grifo nosso).

[...] é diferente da heterogestão, que é os **trabalhadores gerirem o seu espaço com autonomia e liberdade**, decidirem e administrarem de forma coletiva esse meio de produção, a forma como eles organizam o seu empreendimento social solidário [...] (Entrevistada 5, informação verbal, grifo nosso).

[...] **pensar autogestão é pensar em autonomia**, pensar em igualdade, pensar na prática solidariedade com corresponsabilidade. Então, quando a gente pensa em autogestão, a gente pensa em grupos e práticas que nos levam a ter a perspectiva, de que as pessoas consigam olhar para si e que elas percebam que elas têm a capacidade de forma coletiva, garantir que esses princípios da democracia, da solidariedade, da autonomia, sejam praticados sem que alguém determine a forma que vai ser, assim ou assado (Entrevistado 7, informação verbal, grifo nosso).

Ainda como percepção do significado sobre o termo autogestão, destacam-se os depoimentos dados pelos demais gestores que variaram em suas opiniões, mas apontados com grandes contribuições ao estudo:

Na autogestão, a gente entende que **todos os integrantes do grupo são administradores**; que eles têm direito a participar da gestão do empreendimento, por mais que eles elejam 1(um) como responsável, mas esse [integrante do grupo] não deve omitir sua opinião, mas sim o que foi definido pelo coletivo (Entrevistada 2, informação verbal, grifo nosso).

Quando a gente discute essa questão da autogestão, a gente mostra para o pessoal que a autogestão, **ela vem de uma questão da gestão democrática**, se eu não participo, se eu não estou ali, participando e deixando a minha fala, fica difícil eu dizer que pratico um pouco de autogestão (Entrevistada 3, informação verbal, grifo nosso).

[...] autogestão representa **relações de produção diferenciadas**, ela representa essa relação de produção diferenciada, que, ao invés de existir uma hierarquia, postos de hierárquicos dentro da produção, todos são iguais, então, não existe um chefe, um dono do grupo, do empreendimento (Entrevistado 7, informação verbal, grifo nosso).

Neste sentido, por meio dos depoimentos dos gestores, entende-se que o significado de autogestão vivenciado pelos Empreendimentos Econômicos Solidários vai ao encontro dos pensamentos de Singer (2002). Segundo o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), a SENAES (Brasil, 2006) e a Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social (Brasil, 2007), um dos princípios, com base nos elementos norteadores, é o exercício das práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos,

da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses.

Resumindo, na variável “Significados sobre Autogestão”, os gestores demonstraram uma variedade nas ênfases dadas aos principais significados sobre o termo. Por meio da análise, foi possível perceber que a ênfase é dada junto aos processos de autonomia e liberdade coletiva, perpassando até pelas questões de relações de produções diferenciadas. Não se pode desconsiderar alguns casos particulares, nos quais se deu destaque à gestão democrática e à atuação coletiva junto aos processos de gestão nos empreendimentos econômicos solidários. Diante disso, é clara uma visão coesa por parte dos gestores das instituições de apoio aos empreendimentos, com ênfase nos princípios da economia solidária.

#### 4.2 CARACTERÍSTICAS PRESENTES NAS PRÁTICAS AUTOGESTIONÁRIAS

Essa variável relaciona-se à visão que os gestores das instituições de apoio possuem quanto às características presentes nos EES que trabalham com autogestão e vem responder ao objetivo específico “Descrever as características presentes nas práticas autogestionárias dos EES”.

Na variável “Características das práticas de autogestão”, percebeu-se um leque voltado às atuações dos grupos produtivos. Foram observadas, nas entrevistas, algumas categorias a partir dos depoimentos dos entrevistados (gestores) em relação às características presentes nos grupos de produções que trabalham com autogestão, tornando-se significativos ao longo da análise, como: o poder decisório ser coletivo, solidariedade, cooperação, colaboração e corresponsabilidade. Isso tudo é expresso nos discursos dos gestores:

É justamente **o poder decisório ser coletivo**. Eu acho que esse é o principal instrumento de você ter esse po-

der de decisão, de você construir os regimentos e estatutos coletivamente do funcionamento do empreendimento, de você se sentir parte, importante, e se sentir acolhido naquele local, naquele empreendimento, de você um espírito de solidariedade não só para com o seu grupo, mas com o setor que você está inserido economicamente (Entrevistada 2, informação verbal, grifo nosso).

Eu acho que uma das características mais importantes é a questão da participação [...] **cooperando, como sócia; [...] sendo solidária com os meus companheiros; [...]** essa construção coletiva, ocorrendo nas reuniões (Entrevistada 3, informação verbal, grifo nosso).

[...] principalmente, **o aspecto da solidariedade e da colaboração**, né? Então, a colaboração me visualiza o aspecto colaborativo como algo bem presente nos grupos, que já compreendem o que venha a ser a economia solidária (Entrevistada 5, informação verbal, grifo nosso).

Então, o que a gente tem visto mais, bem claramente nos nossos grupos, é essa questão da produção coletiva, da quebra da hierarquia, do conhecimento do processo produtivo como um todo, da **corresponsabilidade [...]** (Entrevistada 6, informação verbal, grifo nosso).

Para que as pessoas atuem nesse cenário tão particular, são necessárias algumas características que serão determinantes na atuação destas organizações em suas atividades. O Quadro 1 ilustra as principais características, na visão dos respondentes (gestores), que as pessoas envolvidas nas instituições de apoio junto aos EES devem possuir.

Quadro 1 – Características principais para a atuação na autogestão

Características presentes nas práticas da autogestão desenvolvidas pelos grupos	
divisão das atividades enxergarem-se enquanto grupo não haver hierarquia engajarem-se em todo o processo produtivo surgimento de lideranças, mas que não quebrem com a autogestão trabalho em grupo	responsabilidade construção coletiva perspectiva da igualdade prática democrática centralidade do ser humano emancipação cooperação solidariedade

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Em suma, percebeu-se, diante da análise das entrevistas, que os EES possuem algumas características pertinentes para as atuações na autogestão. Cabe destacar que as características apontadas pelos gestores vai ao encontro do que Liboni e Pereira (2002) definiram como algumas características que identificam este tipo de organização, entre elas, podem-se citar:

- a) o controle é exercido pelos trabalhadores;
- b) eliminação da hierarquia entre os cargos e da separação entre a concepção e execução do trabalho, assim como da diferença de retiradas em função do tempo de trabalho;
- c) descentralização e participação direta dos associados nas decisões;
- d) valorização dos associados;
- e) lucro como forma de desenvolver o sistema organizacional a serviço dos associados e da coletividade;
- f) primazia dos associados sobre o capital.

Cabe destacar, também, que, por meio dos depoimentos dos gestores, os EES conseguem cumprir com os princípios da economia solidária no que tange à essencialidade do movimento social. Com a pluralidade de características encontradas nas entrevistas com os gestores, é possível perceber que, nos últimos tempos, registra-se, cada vez mais, a cultura da prática da autogestão junto aos grupos de produções em economia solidária.

#### 4.3 PRINCIPAIS DIFICULDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS PRÁTICAS DE AUTOGESTÃO PELOS GRUPOS DE PRODUÇÃO

Essa variável relaciona-se à visão que os gestores das instituições de apoio junto aos EES possuem quanto às principais dificuldades para se desenvolver as práticas de autogestão e vem contemplar o objetivo “Descrever as principais dificuldades enfrentadas pelos EES para a prática da autogestão, na perspectiva dos gestores das instituições de apoio”. No que se refere à variável “Dificuldades para a prática da autogestão”, inicialmente, destaca-se a visão dos gestores das instituições de apoio, sendo possível perceber alguns pontos de atenção quanto a este aspecto nos depoimentos:

O trabalho em si tem por princípio a coletividade, em pensar no outro, pensar solidariamente, então a pessoa tem que também está imbuída neste espírito, né, de **pensar no outro coletivamente**. Eu ainda acredito assim que trabalhar muito a **questão da inovação**. Trabalhar com as **novas tecnologias** (isso é um grande entrave) [...] outra coisa, **a falta de uma personalidade jurídica** (apoio na parte jurídica); o comercial de economia solidária também ganhar espaço no **comércio virtual**; eles saberem lidar melhor com as ferramentas (Entrevistada 2, informação verbal, grifo nosso).

[...] Eu acho que é essa questão mesmo de organização administrativa [...] **aprofundar mais a discussão de pre-**

**cificação de produtos [...]** (Entrevistada 3, informação verbal, grifo nosso).

[...] a gente trabalha com muita gente que não tem formação [...]. **Outra dificuldade é ausência do espaço físico, porque nem todos os grupos têm uma sede própria, né?** (Entrevistada 4, informação verbal, grifo nosso).

Então, eu acho que **aspectos gerenciais, mesmo, de planejamento, eles têm dificuldade de fazer planejamento**, eles dificuldade de controle financeiro. Eles têm **dificuldade de entender a importância das reuniões, das assembleias, como espaço de decisão coletivas** (Entrevistada 6, informação verbal, grifo nosso).

Acredito que, uma das que aí se torna essencial, é a **prática da autonomia**. Quando a gente pensa nas ações coletivas, essa prática da autonomia, ela não é algo corrente, assim, que se faz parte do cotidiano das pessoas, então, isso dificulta para que, de fato, a autogestão ocorra (Entrevistado 7, informação verbal, grifo nosso).

Resumindo, torna-se nítido o conjunto de dificuldades para se desenvolverem as práticas de autogestão por parte dos Empreendimentos Econômicos Solidários. No que se refere à principal dificuldade e/ou pontos de melhorias junto à prática da autogestão, destacam-se: elementos ligados à formalização das estruturas desses empreendimentos, quando muitos deles são encarados como grupos de produções de informações, sem naturezas jurídicas. Outro ponto forte quanto às dificuldades para as práticas de autogestão são conhecimentos e habilidades perante ferramentas, métodos e procedimentos de gestão, como: planejamento, organização, execução e controle, além de práticas gerenciais, como a precificação e os trabalhos de comunicação interna e externa (comércio virtual). Vale ainda destacar a necessidade de práticas inovadoras com a adesão de novas tecnologias, bem como um trabalho

de relações humanas e cidadania mais apurado, como forma de criar a cultura da solidariedade, colaborando no aspecto do trabalho coletivo, da cooperação e da autonomia, que são princípios básicos do movimento da economia solidária.

Nesta discussão, Oliveira, Silva, Albuquerque e Cavalcanti (2021) reforçam que tais elementos, como autogestão, o pensar nas formações a partir das necessidades dos espaços não formais de educação, ou seja, da realidade, a cooperação, a solidariedade, o empoderamento dos sujeitos, a leitura crítica do mundo, entre outros, são fatores fundamentais presentes na educação não formal. Neste aspecto, este fator se mostrou bastante forte no decorrer da pesquisa, concretizando-se em demandas que partem das realidades e que podem ser trabalhadas em projetos de pesquisa e extensão em momentos futuros, proporcionando possíveis pistas para a contribuição no itinerário educativo e formativo destes espaços coletivos.

## 5 CONCLUSÕES

A gestão dos EES é um tema que se insere em um contexto marcado por inúmeros desafios de ordem prática e acadêmica. Prática porque reflete um momento de mudança na conformação do setor e na forma como os empreendimentos têm sido gerenciados. Acadêmica porque se insere em um campo de estudos recente, ainda marcado pela carência de pesquisas e conceitos que permitam desenvolver investigações suportadas por conhecimentos sólidos e sistematizados.

Os estudos sobre grupos de produção de economia solidária têm sido foco de outras áreas, como sociologia, economia, educação e serviço social. Acredita-se que pouco espaço tem sido dedicado a esses temas no campo da ciência da administração, gerando, dentro da vertente das práticas da autogestão, um caráter inédito e não trivial do estudo proposto.

O modelo da autogestão, um dos princípios de mais essencialidade em face do movimento de economia solidária, baseia-se

na democracia participativa. Ou seja: não se concebe uma ES sem uma cultura solidária. As pessoas precisam estar convencidas de que aquele é o melhor caminho para si e para todos.

Convém ressaltarmos que a análise dos dados nos permitiu entender que as práticas autogestionárias na perspectiva das instituições de apoio dos EES devem ser enfatizadas como campo de atuação ante a construção de homens e mulheres que têm as necessidades de ser formados como seres humanos com dignidade, e não apenas máquinas produtivas. Sendo assim, foi possível afirmarmos que a autogestão promove a aprendizagem de conhecimentos emancipatórios, de modo a contribuir para o indivíduo agir conscientemente, possibilitando que ele se engaje na luta por transformações das condições perversas, injustas e negadoras da dignidade humana.

Em suma, isso nos permitiu concluir que, para este estudo específico, que os sentidos e os significados das práticas autogestionárias dos EES, na perspectiva dos gestores das entidades de apoio, colaboram com a perspectiva da autonomia e liberdade coletiva, perpassando até as questões de relações de produções diferenciadas. Não se pode desconsiderar alguns casos particulares em que a ênfase se deu na gestão democrática e na atuação coletiva junto aos processos de gestão nos empreendimentos econômicos solidários.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). *In*: CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1., 2006, Brasília. **Anais**. [...]. Brasília: SENAES/MTE, 2006. Disponível em: [http://portal.mte.gov.br/tca\\_contas\\_anuais/secretaria-nacional-de-economia-solidaria-senaes.htm/](http://portal.mte.gov.br/tca_contas_anuais/secretaria-nacional-de-economia-solidaria-senaes.htm/). Acesso em: 1 mar. 2014.

BRASIL. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Economia Solidária: uma outra economia acontece. **Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização**

**Social**. Brasília: SENAES/MTE, 2007. Disponível em: [http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B59B49C012B5DD948C22F07/impresso3\\_cartilha\\_32pg\\_web.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B59B49C012B5DD948C22F07/impresso3_cartilha_32pg_web.pdf). Acesso em: 1 mar. 2014.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. Dimensões da luta política nas práticas de economia solidária. *In*: SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo de. DAKUZAKU, Regina Yoneko (org.). **Uma outra economia é possível**. São Paulo: Contexto, 2003.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista.  **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista.  **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18642>. Acesso em: 10 set. 2023.

GAIGER, Luiz Inácio. **O trabalho ao centro da economia popular solidária**. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

GAMBOA, Sílvio Sánchez. **Análise epistemológica dos métodos na pesquisa educacional**: um estudo sobre as dissertações de mestrado em educação da UnB. Brasília: Faculdade de Educação UnB, 1982.

GUÉLIN, André. **L'invention de l'économie sociale**. Paris: Économica, 1998.

LAVILLE, Jean-Louis; ROUSTANG, Guy. L'enjeu d'un partenariat entre État et société civile. *In*: DEFOURNY, Jacques, *et al.* **Economie sociale au Nord et au Sud**. Bruxelles: Deboeck, 1999. p. 217-238.

LECHAT, N. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. *In*: SEMINÁRIO DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES, 2., 2002, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: UNICAMP, 2002.

- LIBONI, M. T. L.; PEREIRA, M. C. S. Entre contradições e inovações: a pesquisa de uma empresa de autogestão. O risco da naturalização da realidade. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO*, 26., 2002, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: ANPAD, 2002.
- MENDONÇA, Luis Carvalheira de. **Participação na Organização**: uma introdução aos seus fundamentos, conceitos e formas. São Paulo: Atlas, 1987.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Recife: Bagaço, 2005.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. Cultura solidária, um aprendizado sem fim. 2005. *In: MELLO, S. L. (org.). Economia solidária e autogestão*. Encontros internacionais. São Paulo: NESOL, ITCP e PW, 2005.
- OLIVEIRA, Rosiska; OLIVEIRA, Miguel D. Pesquisa Social e Ação Educativa. *In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- OLIVEIRA, Alysson André Régis. **As práticas socioeducativas nos empreendimentos econômicos solidários da cidade de João Pessoa, PB**: sentidos e significados sob a perspectiva da formação humana para a emancipação. 2016. 252 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/21947?mode=full>. Acesso em: 7 ago. 2023.
- OLIVEIRA, Alysson André Régis; SILVA, Luiz Brucelins Galdino da; ALBUQUERQUE, Ryan Lins de; CAVALCANTI, Maria da Conceição Monteiro. As práticas da autogestão no contexto da educação não formal: uma análise a partir da produção do conhecimento. **Teoria e Prática da Educação**, v. 24, n. 3, p. 82-99, set./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/60606>. Acesso em: 1 jun. 2023.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). *In: GADET, F.; HAK, T. (org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas (SP): Ed Unicamp, 1993. p.61-105.
- PÊCHEUX, M. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. 3. ed. Campinas (SP): Pontes, 2002.
- SCHIOCHET, Valmor. **Economia socialista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SCHIOCHET, Valmor. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SCHIOCHET, Valmor. Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária: breve trajetória e desafios. **IEPA – Mercado de Trabalho**, n. 40, p. 55-59, ago. 2009. Disponível em : [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4085/1/bmt40\\_08\\_ECONS\\_institucionalizacao.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4085/1/bmt40_08_ECONS_institucionalizacao.pdf). Acesso em: 3 jul. 2023.
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, P.; SOUZA, A. R (org.). **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.
- SOUSA, Daniela Neves de. Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária. **Rev. Katál. Florianópolis**, v. 11 n. 1 p. 53-60 jan./jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/4QfY5F9Q3WZKX-syfxTwKhBr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 maio 2023.
- TAUILE, J. R.; DEBACO, E. S. **Autogestão no Brasil**: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br>. Acesso em: 1 mar. 2007.
- YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e Assistência Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.